

Entrevista a Nelson Lin

CLÁUDIO COUTO

“O PSDB OCUPA O CENTRO DO ESPECTRO POLÍTICO-IDEOLÓGICO E GERA AFINIDADES COM AS CAMADAS MÉDIAS”

Daniel Garcia



Que razões políticas, econômicas, sociológicas podem explicar a duradoura hegemonia tucana no Estado de São Paulo?

COUTO. Eu tenderia a centrar a atenção nos fatores propriamente políticos. O PSDB logrou construir uma rede de suportes e apoios não só na capital de São Paulo, mas sobretudo pelo interior do Estado, que é o que tem assegurado de maneira muito tranqüila a eleição e a reeleição dos governadores do PSDB desde a eleição do Mário Covas em 1994.

Acredito que essa conjugação de fatores que favoreceram a criação dessa rede têm a ver, primeiro, com o fato de o PSDB ser um partido que ocupa o centro do espectro político-ideológico. Com isso, ele gera uma série de afinidades do ponto de vista das idéias com as camadas médias. Mesmo que uma parte desses setores médios seja o que a gente poderia chamar de baixa classe média, isso que se chama hoje de “classe C”. Esses setores já eram muito presentes e muito dominantes, em particular no Interior do Estado.

Segundo, no Interior, pode-se dizer que a ação do governo estadual tem se mostrado razoavelmente bem-sucedida numa série de áreas: criação de infra-estrutura de transporte, saúde, educação. O que

tem se refletido nos índices altos de aprovação popular que esses governadores têm tido. Isso também vale para a política de segurança: a gente teve uma redução importante dos índices de violência no Estado de São Paulo nos últimos anos e isso também se reflete nessa popularidade.

Eu acrescentaria nisso um ganho de espaço que o PSDB teve no Estado a partir da conquista do governo federal por FHC. Covas consegue se beneficiar na sua primeira eleição do sucesso do Plano Real, e a partir daí tudo aquilo que já era condição favorável, aquelas duas que mencionei antes, afinidade e organização, ganham uma “plataforma de decolagem”.

Mesmo depois com o declínio do PSDB no plano nacional, com a derrota nas eleições de 2002, isso não encontrou correspondência no nível estadual. O partido continuava forte, tinha políticas aprovadas pela grande maioria da população, encontrava afinidade com ela e conseguiu, a partir desse momento, se reforçar como um partido no plano local.

O escândalo do “mensalão” teve um efeito importante sobre os setores médios em termos de desaprovação do governo [federal], algo que se refletiu inclusive na reelei-

ção do Lula em 2006. E aí os pontos favoráveis ao PSDB que existiam vieram a se somar a essa rejeição ao PT, que aumenta no país como um todo e em particular em São Paulo, entre um perfil de eleitor que é predominante aqui.

“O ocaso do malufismo deixou órfãos os eleitores mais à direita. Como a polarização passou a ser entre o PT e o PSDB, a distância é menor entre eles e o PSDB. Isso gera também uma certa guinada do PSDB à direita, para manter esse novo eleitor que lhe é fiel”

Finalmente, a razão que também tem uma natureza mais política: o ocaso do malufismo. Com o declínio do [Paulo] Maluf, os setores conservadores do ponto de vista político-partidário deixaram órfão esse eleitor mais à direita. Como a polarização passou a ser, no plano nacional e também estadual, entre

o PT e o PSDB, para quem está mais à direita, a distância é menor entre ele e o PSDB do que, evidentemente, em relação ao PT. Isso gera também uma certa guinada do PSDB à direita, embora não tão brusca quanto a desse próprio eleitor conservador. O PSDB caminha para a direita para manter esse novo eleitor que lhe é fiel.

Estou dizendo que esse eleitor é novo, porque é bom lembrar que o PSDB nasce lá em 1988 como um partido de centro-esquerda, com o nome de “social-democracia”, fazendo oposição ao Sarney. Em muitos momentos se tentou gerar uma aproximação entre o PT e o PSDB, que nunca prosperou.

Na última eleição, dois candidatos a governador, um do PT, outro do PP, apoiaram a candidatura da Dilma. Isso não tem nenhuma influência nesse eleitorado conservador?

COUTO. O PP, partido do Maluf, que já foi PPR, PPB, PDS e Arena, se transformou muito a partir do próprio declínio do malufismo. Maluf hoje é uma liderança muito menos importante do que já foi. Mas é claro que ele ainda é o melhor “puxador de votos” que o PP tem em São Paulo.

Então, o PP é um partido evidentemente de composição conservadora, mas que cada vez mais assume um papel de “conservadorismo de negócios”, não de negócios econômicos, mas de negócios políticos. Ou seja, são políticos profissionais que, se alguma questão mais sensível aos setores conservadores estiver em questão ou debate, eles tendem a se posicionar re-

ativamente e a vetar. Mas se forem temas razoavelmente tranquilos no debate público eles vão apoiar o que o governo lhes pedir. O governo Lula não chegou a tematizar do ponto de vista legislativo nada que fosse muito provocativo aos setores conservadores. Dessa forma, eles apoiaram e vão apoiar as medidas do governo desde que elas não sejam muito contrárias aos seus interesses.

“O PT é autenticamente social-democrata, ao contrário do PSDB. O PT é social-democrata porque tem um figurino muito parecido com o dos partidos social-democratas europeus: base sindical, militância de esquerda. O PSDB é um partido de classes médias escolarizadas”

Há diferenças entre o PT paulista e o PSDB paulista?

COUTO. Há diferenças. Embora alguém tenha brincado que, quando o PT chegou ao governo federal, a sigla ia passar a significar “Parece Tucano”, e não mais “Partido dos Trabalhadores”, o fato é que existem diferenças importantes entre o PT e o PSDB, que não são radicais. Não é à toa que os dois partidos podem ser apoiados pelo

PP. Embora o PP não seja mais o mesmo, o PT também não é mais o mesmo, nem o PSDB. Ou seja, todo mundo convergiu para o centro.

Na prática, isso aproxima o PT e o PSDB. Mas há nuances que são, primeiro, sociológicas. O PT é um partido autenticamente social-democrata, ao contrário do que é o PSDB. O PT é social-democrata porque ele tem um figurino muito parecido com o dos partidos social-democratas europeus: base sindical, militância de esquerda, o que o PSDB não tem propriamente, ele é um partido de classes médias escolarizadas. O [Orestes] Quécia antes de se recompor com o PSDB, nos últimos anos antes de morrer, falou uma vez que o PSDB não era um partido: era uma “tese acadêmica”. É uma brincadeira que na realidade reflete a própria percepção tida por vários políticos, da composição social do PSDB como um partido de intelectuais e de uma série de camadas médias de profissionais liberais.

Do ponto de vista ideológico, também há diferenças: o PT é social-democrata, enquanto que o PSDB, embora se chame “social-democrata”, é um partido liberal. Quando falo liberal, não estou querendo dizer necessariamente “neoliberal”. A meu ver, o termo “neoliberalismo” perdeu muito da sua utilidade, virou um xingamento, e acho as posições um pouco mais complexas do que isso.

Quanto ao PT, quando digo que é social democrata, você tem “liberais de esquerda”, ao mesmo tempo que você tem social-democratas e socialistas. Então, na média, você



PT e PSDB “não estão profundamente distantes”, mas “existem diferenças importantes”

diz que o partido é social-democrata, e é isso que ele é no governo, que é o que realmente conta.

Agora, eles não estão profundamente distantes um do outro. O mundo está cheio de coalizões entre liberais e social-democratas, teoricamente isso poderia acontecer no Brasil entre os dois partidos, mas há uma dificuldade fundamental: como são os dois grandes competidores na disputa da política nacional, é difícil se juntarem. Mas a distância ideológica entre eles é

menor do que a distância ideológica que existe entre eles e muitos de seus parceiros de coalizão.

É correta a hipótese de que as gestões tucanas realizaram uma reforma de certa profundidade na estrutura do Estado, combinando diferentes formas de privatização: venda de estatais, por meio do Programa de Desestatização comandado pessoalmente por Alckmin na gestão Covas; transferência da gestão de órgãos públicos para OSS, Oscips e fundações?

Qual sua avaliação dos efeitos desse processo para a gestão pública e para os serviços públicos do estado de São Paulo?

COUTO. De fato houve uma mudança importante que não é circunscrita a São Paulo, ocorreu no governo federal durante o período de Fernando Henrique, quando uma série de privatizações aconteceram. No caso dos bancos, não vejo grande problema nesse processo de privatização, acho que na realidade é uma consequência do caráter predatório que a própria gestão desses bancos teve no passado, quando emprestavam dinheiro para seus controladores que não lhes pagavam e o banco quebrava. Quando o Banco Central interveio em vários bancos estaduais — Banerj, Banespa e tantos outros — e fez a renegociação das dívidas dos estados atrelada à própria venda desses bancos, o que ele fez foi simplesmente reduzir a possibilidade de que agentes públicos voltassem a utilizar os bancos como instrumento de financiamento de seus governos.

“Tenho avaliação claramente positiva da flexibilidade que as oscips e OSS têm para gerir certos serviços. Basta ver as pesquisas: os usuários acham melhores os serviços prestados por OSS do que os serviços prestados diretamente pelo Estado”

No caso das concessões para a iniciativa privada, de serviços como energia elétrica, o que o Estado fez foi também no contexto das renegociações das dívidas: vender empresas privadas para poder amortizar o seu endividamento e obter condições de negociação mais favoráveis. A concessão de serviços à iniciativa privada não é necessariamente ruim, depende do marco regulatório que você define. Só que geralmente esse marco regulatório é federal. E a gente ainda carece do estabelecimento de regras melhores, quanto a marcos regulatórios, e também de agências regulatórias que operem de maneira mais eficiente.

No caso da concessão a setores privados da prestação, da operação de certos serviços como saúde, por exemplo, eu tenho uma avaliação claramente positiva disso. A meu ver, a flexibilidade que as oscips e as OSS têm para gerir certos serviços, no sentido de compra de insumos, equipamentos, de administração de pessoal, e a possibilidade de serem cobradas por meio de contratos de gestão, melhoram a qualidade de serviço. Não precisa ir muito longe, basta ver as pesquisas com o usuário da saúde: é absolutamente claro que os usuários acham melhores os serviços que são prestados por OSS do que os serviços que são prestados diretamente pelo Estado.

Nessa questão das privatizações apresentaram-se alguns problemas, como a cratera do Metrô, a questão da antecipação dos ganhadores da licitação da linha 5, a queda de trecho do Rodoanel. Esse tema das privatizações foi inclusive utilizado na campanha presidencial de 2006 pelo Lula. Esses ataques às privati-

“A imprensa de modo geral ignora as Assembléias, o que facilita ainda mais a política de submissão do legislativo, de ausência do legislativo no debate público. A oposição poderia ter papel mais efetivo no legislativo estadual se tivesse acesso à imprensa”

zações não surtem efeito no eleitorado de São Paulo?

COUTO. O efeito é mínimo. Na campanha de 2006, quando Lula atacou a questão das privatizações e constrangeu o Alckmin, isso surtiu muito mais efeito porque o Alckmin não sabia muito bem o que responder do que porque isso teria um grande apelo no eleitorado.

A preocupação do eleitorado é saber se os serviços são bem ou mal prestados. O caso das OSS que mencionei, você fala: “Isso aqui é prestado por um agente privado, não pelo agente público, que você acha?” Se o serviço é melhor, aí o cidadão gosta da privatização. O próprio PSDB teve uma mudança na sua postura em relação a isso, percebeu o erro de 2006 e passou a defender as privatizações de certos setores como produtivas.

Alguns desses problemas que você mencionou são problemas normais de obra, você pode discutir até que ponto a empresa contratada está conduzindo bem. Isso não tem muito a ver com o fato de ser privatizado ou não. Quero dizer, a cratera do Metrô, e toda a confusão que isso gerou, tem a ver com a supervisão do serviço, com a regulação. O problema a meu ver não é se é privado ou não, mas se a regulação e a supervisão ocorrem de maneira satisfatória.

Como avalia o papel do legislativo estadual nesses 16 anos de PSDB?

COUTO. O legislativo estadual é subserviente ao Executivo, como é em vários outros estados. No Rio Grande do Sul você tem um legislativo um pouco mais independente, você teve um legislativo mais independente em alguns momentos em Minas Gerais, em Pernambuco... e só. Saiu daí, os legislativos são subservientes, naquela condição que é a mesma que ocorre em parte no governo federal: desde que essa base seja bem alimentada, ou seja, desde que ela receba agrados, tenha acesso a cargos e as emendas orçamentárias sejam executadas. Isso, os governos estaduais normalmente fazem. É por isso que, por exemplo, nenhuma CPI prosperou em São Paulo nos últimos anos.

Acrescente-se aí o fato de que a imprensa de um modo geral ignora as Assembléias Legislativas. O que é uma lástima, porque isso facilita ainda mais essa política de submissão do legislativo. E mais que submissão, da ausência do legislativo no debate público. Porque a oposição poderia ter um papel mais efetivo no legislativo estadual se ela tivesse acesso à imprensa, se as suas denúncias, os seus problemas, as suas propostas antagônicas às propostas feitas pelo governo estadual tivessem um mínimo de repercussão pública.